

CAPRI LOGISTICA S/A - CNPJ nº 05.398.901/0001-05

Balço Patrimonial Exercícios em 31/12/2019 e 2018 (Valores em Reais)				Demonstração do Resultado Exercícios Fndos em 31 de dezembro 2019 e 2018 (Valores em Reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios Fndos em 31/12/2019 e 2018 (Valores em Reais)				
Ativo	Nota	2019	2018	Notas		2019	2018	2019		2018		
Circulante		1.933.756,59	918.504,90									
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	439.416,43	35.400,01									
Contas a Receber	6	232.461,00	883.104,89									
Adiantamento a Fornecedores	7	1.261.879,16	0,00									
Não Circulante		59.205.783,17	52.190.418,28									
Realizável a Longo Prazo	8	26.041,57	14.635,08									
Imobilizado	9	59.136.943,87	52.104.026,03									
Intangível	10	42.797,73	71.757,17									
Total Ativo		61.139.539,76	53.108.923,18									
Passivo/Patrimônio Líquido - Circulante		14.849.145,65	11.452.680,70									
Obrigações Sociais e Trabalhistas	12	2.940,00	7.760,00									
Fornecedores		48.108,84	355.883,15									
Empréstimos e Financiamentos	11.1	0,00	568.323,90									
Obrigações Tributárias	13	408.092,64	175.046,35									
Dividendos a Pagar	31	1.339.947,22	337.318,12									
Partes Relacionadas	15	13.050.000,00	9.908.292,23									
Outras Contas a Pagar	14	56,95	100.056,95									
Patrimônio Líquido		46.290.394,11	41.656.242,48									
Capital Social	16	40.078.876,02	40.078.876,02									
Reservas de Lucros		6.211.518,09	1.577.366,46									
Total Passivo + Patrimônio Líquido		61.139.539,76	53.108.923,18									

Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios em 31/12/2019 e 2018 (Valores em Reais)							
Saldo em 31/12/2017	Nota	Capital Social	Res. Legal	Res. de Lucros	Res. de Reinvestimento	Resultado do Período	Total
	26	39.468.626,67	65.563,17	784.461,03	197.430,74	-	40.516.081,61
Dividendos não Distribuídos		-	-	57.192,17	-	-	57.192,17
Integralização de Capital Social		610.249,35	-	(610.249,35)	-	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	-	1.420.286,82	1.420.286,82
Constituição de Reservas		-	71.014,34	-	-	(71.014,34)	-
Distribuição de Dividendos Propostos		-	-	-	-	(337.318,12)	(337.318,12)
Lucro a Disposição da Assembleia		-	-	1.011.954,36	-	(1.011.954,36)	-
Saldo em 31/12/2018	26	40.078.876,02	136.577,51	1.243.358,21	197.430,74	-	41.656.242,48
Dividendos não Distribuídos		-	-	332.215,84	-	-	332.215,84
Resultado do Exercício		-	-	-	-	5.641.883,01	5.641.883,01
Constituição de Reservas		-	282.094,15	-	-	(282.094,15)	-
Distribuição de Dividendos Propostos		-	-	-	-	(1.339.947,22)	(1.339.947,22)
Lucro a Disposição da Assembleia		-	-	4.019.841,64	-	(4.019.841,64)	-
Saldo em 31/12/2019	26	40.078.876,02	418.671,66	5.995.415,69	197.430,74	-	46.290.394,11

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios Fndos em 31 de dezembro 2019 e 2018							
1. Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em 21 de outubro de 2002 sob o tipo jurídico de sociedade anônima de capital fechado, com apoio do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo – FUNRES, atualmente FUNDES. Suas atividades compreendem, basicamente, a exploração de movimentação e logística de mercadorias em geral, bem como, a locação de bens móveis. Os clientes de São Paulo são atendidos pelo centro de distribuição de São Paulo. Os clientes da região sul são atendidos pela filial de Itajaí/SC e os do restante do Brasil pelo estabelecimento de Vitória – ES. A diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 14 de fevereiro de 2020. 2. Base de Preparação: a) Declaração de Conformidade (com relação às normas do CPC e CFC): As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando as alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, bem como considerando os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), consolidadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. b) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. c) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a. Apuração do resultado: As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência mensal. A receita é calculada pelo valor justo da contraprestação recebida e ou a receber, deduzida dos impostos sobre vendas e quaisquer descontos incondicionais. Também observa-se quanto ao reconhecimento da receita: a) possibilidade de sua mensuração com segurança; b) probabilidade de benefícios econômicos futuros fluírem para a Companhia; e, c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das vendas realizadas. As despesas incorridas ou a serem incorridas são mensuradas quando estas proporcionam confiabilidade para a Companhia. As receitas financeiras provêm de juros sobre aplicações financeiras, descontos financeiros ativos e juros e congêneres, e são reconhecidas conforme o prazo decorrido e à medida que há expectativa de realização, sempre em linha com as taxas efetivas de juros aplicadas. b. Estimativas contábeis: A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para liquidação de créditos, provisão para ajuste a valor de mercado de ativos e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes daqueles estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de suas determinações. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente. c. Ativo circulante e não circulante: Caixas e equivalentes de caixa são provenientes dos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo atualizado com os rendimentos obtidos até a data do balanço. Os rendimentos das aplicações financeiras são registrados na rubrica "receitas financeiras" da demonstração do resultado do exercício. As contas a receber de clientes são originadas de partes relacionadas e correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de logística e pelas locações de espaços físicos, no decorrer normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, consequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (impairment). Na prática são normalmente reconhecidas a valor faturado, ajustado pela provisão para o impairment, se necessária. Os adiantamentos a funcionários e outras contas a receber são representados por direitos de crédito, válidos e realizáveis no próximo exercício. Os adiantamentos a fornecedores trata-se de adiantamento para compra de imobilizado. A Companhia possui três processos litigiosos trabalhistas com três ex-funcionários. Esses processos são de valores não relevantes e segundo os assessores jurídicos da Companhia, nenhuma perda é esperada para esses litígios. d. Imobilizado: O ativo imobilizado compreende os bens tangíveis que são mensurados com base no custo de aquisição, já incluídos os custos atribuíveis para colocar o ativo em operação. Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada a partir da data de sua entrada em operação. Os valores residuais e a vida útil econômica são revisados ao final de cada exercício, quando necessário. e. Intangível: Os ativos intangíveis compreendem os direitos de uso de software e programas de tecnologia da informação. São reconhecidos apenas quando há a possibilidade de geração de benefícios econômicos futuros e seu custo possa ser mensurado com segurança. São avaliados pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e pelas perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada a partir da data de sua conclusão. A vida útil econômica e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício. f. Passivo circulante e não circulante: São demonstrados por valores conhecidos, calculáveis e com certeza de obrigação. Nesses valores não se verificou a necessidade do cálculo de ajuste a valor presente. Os empréstimos e financiamentos referem-se a captações onerosas de curto prazo, destinados ao financiamento, na modalidade Capital de Giro e imobilizações, das operações normais da Companhia. Eles foram inicialmente mensurados pelo valor justo e, posteriormente, apresentados ao custo amortizado, atualizados e adicionados a taxa efetiva de juros contratuais, até a data do fechamento do balanço. Os custos dos financiamentos foram normalmente reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício, observando-se o regime de competência. Os funcionários da Companhia são registrados sob o regime da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho. O recolhimento das suas remunerações e dos encargos trabalhistas são calculados na forma a saber: • Salários - pelo regime de competência de exercícios, considerando os dias trabalhados sem descontar as faltas justificadas, nos termos da CLT antes mencionada; • Provisões trabalhistas - calculadas com observância do regime de competência de exercício, relativas aos direitos trabalhistas dos funcionários, com fulcro na CLT antes mencionada e na Convenção Coletiva de Trabalho, firmada com a categoria sindical dos mesmos; e, • Encargos sociais - calculados com observância das leis previdenciárias e do regime de competência de exercícios. O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente são calculados com base no regime de lucro real, com alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre lucros tributáveis excedentes a R\$ 240 mil para o IRPJ e 9% sobre os lucros tributáveis para a CSLL. g. Demonstração do resultado abrangente do exercício: A Companhia não elaborou a demonstração do resultado abrangente							